



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

UFSC NA MÍDIA - CLIPPING



Agcom
Agência de
Comunicação
da UFSC

28 de abril de 2017

**Notícias do Dia
Especial**
"Visão diferente sobre reformas"

Visão diferente sobre reformas / Brasil / Dirceu Dresch / Crise / Glauco José
Côrte / Fiesc / Greve geral / Ana Paula Lima / Paralisação / Reforma
trabalhista / Reforma da Previdência / Golpe / Emprego

“
Podemos melhorar a legislação trabalhista, mas essa proposta é para concentrar mais capital, transformar o Brasil em um país ainda mais injusto, em que poucos têm muito e muitos vivem na pobreza.”

Dirceu Dresch, deputado estadual pelo PT

“É necessário que o Brasil recupere um ambiente legal que possibilite não apenas sair da crise, mas garanta, principalmente, para as futuras gerações, desenvolvimento e empregos.”

Glauco José Côrte, presidente da Fiesc

Visão diferente sobre reformas

Deputados petistas criticam mudanças, Fiesc defende modernização das relações de trabalho

A greve geral prevista para hoje pautou pronunciamentos de deputados estaduais na tribuna da Assembleia Legislativa, durante a sessão de ontem. Os parlamentares Ana Paula Lima e Dirceu Dresch, ambos do PT, manifestaram apoio à paralisação, que questiona as reformas trabalhista e da Previdência. Por outro lado, representantes industriais defendem as mudanças.

“A luta não está perdida. Tenho certeza de que a greve geral vai ser grande, de fato. O Brasil precisa parar. Os trabalhadores não podem pagar a conta desse golpe em curso no país”, destacou Dresch.

Os deputados também lamentaram a aprovação do projeto de reforma na legislação trabalhista na Câmara dos De-

putados, na noite de quarta-feira. “Eles rasgaram a carteira de trabalho do povo”, comentou Ana Paula.

Por outro lado, a modernização das relações de trabalho é defendida pela Fiesc (Federação das Indústrias do Estado). Para a instituição, ressalvados os direitos fundamentais dos trabalhadores, a legislação “deve ser atualizada”, em nome da segurança jurídica das empresas e o respeito às negociações coletivas.

“É necessário que o Brasil recupere um ambiente que possibilite não apenas sair da crise, mas garanta empregos. Nesse contexto, a modernização das relações trabalhistas e a reforma da Previdência devem ser enfrentadas”, afirmou o presidente da Fiesc, Glauco Côrte. ●

#NDonline

SARAGA SCHIESTL
saraga@noticiasdodia.com.br

Greve em tempo real

Hoje a cobertura do **ND Online** está concentrada na greve geral e seus impactos na Grande Florianópolis. Para acompanhar durante todo o dia em detalhes as condições de trânsito na região, a situação do transporte coletivo e também as manifestações planejadas pelos sindicatos, basta seguir o portal no Twitter e Facebook usando a hashtag **#GreveGeral**, a partir do link **bit.ly/GreveGeral** ou ainda com o QRCode abaixo. Além de trazer a repercussão local, o **ND Online** trará matérias nacionais sobre o assunto.

Siga o Notícias do Dia: Instagram @jornalnoticiasdodia; Twitter @ND_online; Facebook /NDonline. Envie sugestões para online@noticiasdodia.com.br

**Notícias do Dia
Especial**
"Reação popular contra as reformas"

Reação popular contra as reformas / Greve atinge transporte coletivo / Paralisação / Lei da Previdência / Lei Trabalhista / Doris Furini / Avenida Paulo Fontes / Aposentadoria / Greve geral / Mobilização / Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Urbano / Sintraturb / Ricardo Freitas / CLT / Consolidação das Leis Trabalhistas / Terceirização / CUT-SC / Anna Julia Rodrigues / Angela Maria Franz / Florianópolis / Contribuição previdenciária / Michel Temer / Ticen / UFSC / Praça Tancredo Neves / Educação / Saúde / Judiciário / Casan / INSS / Bancos / Transporte público / Prefeitura Municipal de Florianópolis / Escolas particulares / Sinepe / Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina / CNBB / Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Osmar dos Santos / Sinepe / Udesc / Aprudesc / Sintudesc / Sitrampa / Sintram-SJ / Praça Tancredo Neves

Reação popular contra as reformas

Entidades convocam paralisação em protesto a mudanças nas leis previdenciária e trabalhista

MICHAEL GONÇALVES
michael.goncalves@noticiasdodia.com.br

Com o rosto pintado e um nariz de palhaço, a psicóloga Doris Furini chamou a atenção de quem passava ontem pela avenida Paulo Fontes. Ela apontava para um homem deitado, que representava um trabalhador que morreu sem conseguir a aposentadoria. "Nossa intenção é fortalecer a participação ativa da população na luta dos direitos sociais", disse Doris, chamando para a greve geral, convocada para hoje, em todo o país.

A mobilização no Estado deve afetar o transporte coletivo, além do expediente em bancos, no comércio, no Judiciário, além dos serviços em educação, saúde, coleta de lixo e energia elétrica. Ontem à noite, o sindicato de trabalhadores no transporte público confirmou paralisação para hoje. Pelo menos sete centrais sindicais catarinenses estão chamando para os atos.

"Querem rasgar a CLT [Consolidação das Leis Trabalhistas] com a reforma do trabalho, com emendas que saíram dos gabinetes das confederações nacionais da indústria e do comércio. Estão legislando apenas para o capital. O trabalhador deve cruzar os braços pela dignidade do trabalho, pelo direito à aposentadoria e contra as terceirizações", afirmou a presidente da CUT-SC, Anna Julia Rodrigues.

Moradora de São José, a aposentada Angela Maria Franz, 59, que confirmou presença nas manifestações programadas para hoje em Florianópolis. "Mesmo aposentada, não posso concordar com a redução dos direitos dos trabalhadores. Querem aumentar o prazo de contribuição Previdenciária, além de mudarem as legislações trabalhistas", afirmou Angela. "Como sempre, é o povo pagando a conta pela má gestão dos nossos governantes", completou. ■

Leia mais na
PÁGINAS 4 E 5



Cena de cidadão que "morreu sem conseguir aposentadoria" chamou a atenção de quem passou pela região do Ticen

DANIEL QUEIROZINO

Motivos e reflexos da greve geral

Perguntas, respostas e desdobramentos na Grande Florianópolis

Qual a razão da convocação da greve?
Os protestos marcam um dia nacional de paralisações contra reformas promovidas pelo governo de Michel Temer, em especial as da previdência e trabalhista e a ampliação da terceirização.

Quem as convocou?
As manifestações foram programadas pelas principais centrais sindicais, sindicatos e movimentos sociais da esquerda.

Sou obrigado a trabalhar mesmo com as paralisações?
Se o sindicato de sua categoria não houver decretado greve, sim.

Dependo de transporte público. O que fazer?
Caso o transporte seja oferecido regularmente pela empresa, via vale-transporte, a firma tem responsabilidade por oferecer alternativas, como caronas ou pagamento de transporte privado. Caso não haja opções, a falta neste dia passa a ser justificada.

O que pode acontecer caso eu falte, sem ter a justificativa de depender do transporte público?
A empresa tem o direito de descontar o dia de falta de seu salário.

MANIFESTAÇÕES NA CAPITAL

- **9h:** Tenda da Frente Brasil Popular, em frente à Catedral
- **11h:** Concentração geral, na Praça do Sintraturb, ao lado do Ticen
- **12h:** Concentração estudantil na UFSC e caminhada até o centro
- **14h:** Concentração dos servidores públicos municipais, na praça Tancredo Neves
- **16h:** Servidores públicos municipais realizam ato contra a retirada de direitos
- **Ao longo do dia,** servidores do Judiciário Federal se concentram no prédio da Justiça Federal, na avenida Beira-Mar Norte

SETORES AFETADOS

- **Educação:** creches municipais, escolas públicas municipais e estaduais, IFSC e UFSC
- **Saúde:** postos de saúde e UPAs de Florianópolis e serviços estaduais
- **Serviços:** transporte coletivo, coleta de lixo, Casan, INSS e bancos
- **Judiciário:** Servidores de esferas estadual e federal

Greve atinge transporte coletivo

Motoristas e cobradores decidem participar de paralisação; prefeitura organizou esquema alternativo

GUSTAVO BRUNING
gustavo.bruning@noticiasdodia.com.br

Não haverá linhas regulares, hoje, no transporte público de Florianópolis e região. Em assembleia na noite de ontem, motoristas e cobradores de ônibus decidiram aderir à greve geral. A mobilização começou à 0h de hoje, e se estende ao longo de todo o dia. Um esquema com linhas alternativas foi organizado pela Prefeitura de Florianópolis.

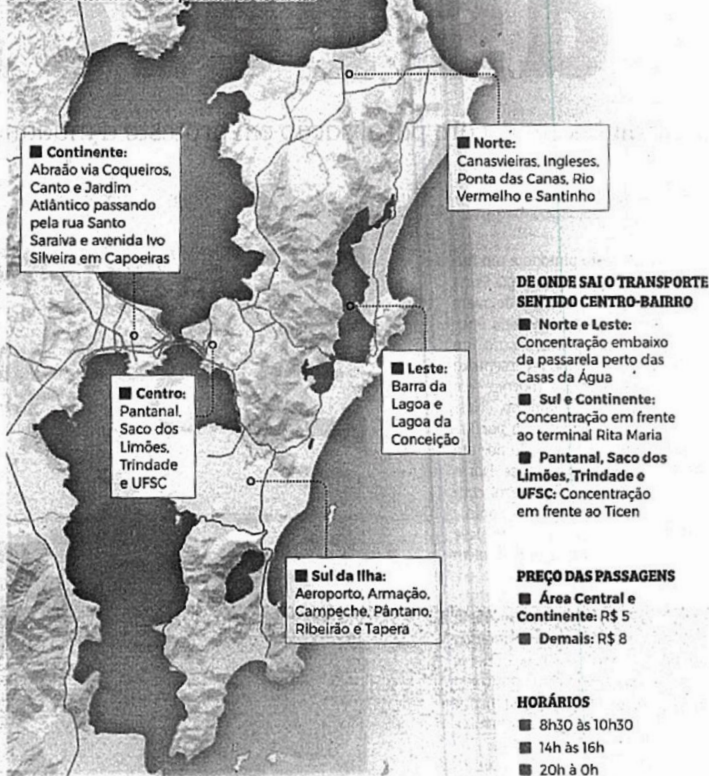
O assessor do Sintraturb (Sindicato dos Trabalhadores do Transporte Urbano), Ricardo Freitas, disse que a assembleia teve o caráter de oficializar o apoio da categoria ao movimento. "Nossa decisão contribui para a greve geral, porque ajuda as pessoas a perceberem o impacto dessas reformas", comentou Freitas.

O serviço de vans e ônibus alternativos funcionará em três horários, das 8h30 às 10h30, das 14h às 16h e das 20h à 0h. A passagem será de R\$ 5 para itinerários nas áreas central e continental e de R\$ 8 para as demais linhas.

Além do transporte coletivo, a prefeitura organizou um cronograma para os postos de saúde. Terão atendimento médico as unidades da Costeira e Fazenda do Rio Tavares. No João Paulo e Santo Antonio de Lisboa, apenas pela manhã, para quem já tinha horário agendado. Coloninho, Rio Vermelho, Saco dos Limões, Vargem Grande e Vila Aparecida também só atendem agendamentos prévios. Oferecerão vacinas as unidades da Caieira, Itacorubi e Saco dos Limões. Remédios, no Itacorubi e Rio Vermelho. A Farmácia Escola ficará fechada. ●

Como funcionarão as linhas

Serão três horários e dois patamares de tarifas



Adesão em três escolas particulares

Três escolas particulares de Florianópolis aderiram ao movimento: Colégio Catarinense, Educardário Imaculada Conceição e Escola Autonomia. Já o Sinepe (Sindicato das Escolas Particulares de Santa Catarina) é contrário à greve geral.

Em nota oficial, a Congregação das Irmãs da Imaculada Conceição, que administra o Imaculada, afirmou que é contra interesses de determinados grupos políticos que querem apenas assegurar o seu bem estar.

As instituições religiosas vão na linha da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que também aderiu. "Os direitos sociais no Brasil foram conquistados com intensa participação democrática, qualquer ameaça a eles merece imediato repúdio."



Uma minoria das escolas particulares vai aderir. O sindicato tomou uma posição contrária por entender de que se trata de um movimento político partidário."

Osmar dos Santos, diretor do Sinepe

Em contrapartida, o diretor executivo do Sinepe, Osmar dos Santos, confirmou que o sindicato é contrário a manifestação. "Uma minoria vai aderir, mas respeitamos as decisões de cada colégio", comentou.

A Udesc informou que as aulas e o expediente serão mantidos, mesmo com a adesão da Aprudesc (Associação dos Professores) e do Sintudesc (Sindicato dos Técnicos). A UFSC não terá aulas. (Michael Gonçalves)

Protestos avançam pela região

Assim como na Capital, os serviços também devem ser afetados na região metropolitana de Florianópolis. O Sitrampa (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Palhoça) marcou para as 8h de hoje, na Praça das Bandeiras, concentração e ato público contra a reforma da Previdência.

Também convocou todos os servidores para participar do dia de greve, o que pode afetar boa parte dos trabalhos oferecidos pelo município, nas áreas de saúde, educação e atendimento ao público em geral.

A situação deve se repetir em São José. O Sintram-SJ (Sindicato dos Servidores Públicos) do município vai participar dos atos programados para a Capital, a partir das 14h, na praça

Tancredo Neves. A expectativa da entidade é de que a adesão seja alta, em níveis semelhantes ao da greve do magistério, encerrada há poucos dias. Houve comunicação oficial de paralisação do sindicato à prefeitura.

Quem for trabalhar precisa ficar atento à circulação dos ônibus. Em Biguaçu, o sindicato local informou que vai participar da paralisação, assim como os motoristas que atendem Palhoça e São José.

Os bancários da Grande Florianópolis prometem participar da mobilização, fechando agências de Biguaçu a Governador Celso Ramos. O sindicato também participa dos atos programados para a Capital na tarde de hoje. (Marcos Horostecki)

Diário Catarinense
Artigo
"Liberdade para ressocializar"

Liberdade para ressocializar / Gabriela Consolaro Nabozny / Núcleo de Execução Penal / UFSC / Florianópolis / Indulto / Perdão de pena / Presidente da república / Aleitamento materno / Dia da Mulher / Sistema penitenciário / Segurança pública / Violência

LIBERDADE PARA RESSOCIALIZAR

GABRIELA CONSOLARO
NABOZNY
Integrante do Núcleo de Execução
Penal da UFSC
Florianópolis



Foi publicado em 13 de abril um indulto que fugiu aos costumes. Ele possibilita a concessão do perdão da pena pelo presidente da república. Diferentemente da saída temporária, que é o direito a se ausentar da unidade prisional por determinados dias, o indulto na forma coletiva é a possibilidade de pleitear a extinção da reprimenda, mediante requerimento e conforme diversos requisitos elencados no decreto – o qual, desde 1988, costumava ser anual.

Porém, em consonância com outras medidas tomadas ainda neste ano, como o decreto que limita o uso das algemas em gestantes e a lei que determina o mês de agosto como destinado à conscientização acerca do aleitamento materno, o presidente inovou ao atentar às necessidades das mulheres do sistema prisional. A proposta, entretanto, já havia sido enviada à presidência no ano passado, em ocasião do Dia da Mulher, e, talvez numa tentativa oportunista de garantir popularidade, foi entregue, agora, às mãos das brasileiras, dentro de um pacote de atos que simbolizam a tentativa de afirmação de um governo que, recentemente, foi açoitado de críticas quanto à composição de seus ministérios.

A criação de políticas voltadas ao sistema prisional também representa uma forma de prevenção à violência

No entanto, é inegável o grande avanço ao se considerar a liberdade como um dos pilares de tratamento ao caos que vive hoje o sistema penitenciário do país. Principalmente em relação às mulheres, as unidades prisionais não garantem condições de vida dignas. E, mesmo assim, nós, aqui fora, exigimos a total mudança de atitude e pensamento daqueles que deixam o sistema penitenciário.

Que a medida tomada no início deste mês simbolize o início de uma transição de comportamento e que, além de aclamada pelos especialistas, a viabilidade de serem resguardados os direitos humanos seja almejada, também, pela população em geral. Mais que reduzir todas as questões sociais à segurança pública, é necessário ter em mente que a criação de políticas voltadas ao sistema prisional também representa uma forma de prevenção à violência.

Diário Catarinense
Artigo
"Judiciário e a cultura do litígio"

Judiciário e a cultura do litígio / Francisco Xavier Medeiros Vieira /
Florianópolis / Judiciário / Conciliação / Código do Processo Civil / Casas da
Cidadania / Juizados de Conciliação / UFSC / Justiça Restaurativa / João
Salm

**JUDICIÁRIO
E A CULTURA
DO LITÍGIO**

FRANCISCO XAVIER
MEDEIROS VIEIRA
Ex-presidente do Tribunal de Justiça
de Santa Catarina
Florianópolis



Uma das maiores queixas contra o Judiciário brasileiro é a invencível lentidão. São inúmeras as raízes desse problema e, talvez, a principal delas seja a cultura do litígio. Muitas das ações judiciais poderiam ser evitadas se, entre nós, a conciliação fosse mais estimulada.

Há um movimento neste sentido no país: o Código de Processo Civil de 2015, ao estabelecer que "a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público", dá um passo significativo em busca da pacificação da sociedade.

Nosso Estado foi precursor no assunto. Na virada do século, o Judiciário catarinense criou as Casas da Cidadania, cujo carro-chefe são os Juizados de Conciliação. Em 2000 e 2001, foram instaladas 57 delas. A primeira, no município de Camboriú, logrou o maior índice de conciliações até então registrado no mundo: de cada cem pessoas atendidas, mais de 90 resolveram satisfatoriamente seus problemas, sem burocracia e sem qualquer custo.

As Casas da Cidadania atenderam a todos os interessados, sobre qualquer matéria (excetuada a criminal), sem advogado, sem processo, sem pagamento de taxa. Em parceria com a UFSC, o TJ capacitou cerca de 1,5 mil conciliadores, todos voluntários.

De outro vértice, a Justiça Restaurativa – um contraponto à Justiça punitiva – tem conquistado cada vez mais adeptos. Ela tem por escopo fortalecer e pacificar a comunidade, mediante o diálogo entre os envolvidos, preocupando-se sobretudo com quem sofreu o dano. É uma via extremamente inovadora de se pensar a Justiça. Um dos expoentes mundiais desse movimento é o catarinense João Salm, professor universitário em Chicago.

Estamos vivendo dias difíceis, nos planos político e econômico, por continuados atentados à ética e à cidadania. Mas esse clima generalizado de perplexidade, descrença e insatisfação pode servir para repensarmos alguns paradigmas. Portanto, antes de tudo, é preciso vencer a cultura do litígio nas questões do dia a dia, dentro da nossa própria rotina. E essa é uma missão que não depende apenas do Poder Público, mas de cada um de nós.

Diário Catarinense
Notícias

“Saiba quais serviços serão afetados pela greve em SC”

Saiba quais serviços serão afetados pela greve em SC / Greve geral / Mobilização / Reforma Trabalhista / Reforma da Previdência / Saúde / Educação / Transporte público / Serviço público / IFSC / UFSC / Blumenau / Joinville / Paralisação / Florianópolis / Correios / Bancários / Aeroportuários

PARALISAÇÃO NACIONAL

Saiba quais serviços serão afetados pela greve em SC

Trabalhadores catarinenses também vão aderir à greve geral, convocada por centrais sindicais e marcada para hoje no país. Ao menos nove cidades terão paralisações.

Trabalhadores catarinenses também vão aderir à greve geral, convocada por centrais sindicais e marcada para hoje no país. Ao menos nove cidades terão paralisações. Veja abaixo as categorias que já definiram a participação na mobilização contra as reformas trabalhista e previdenciária propostas pelo Planalto.

MOBILIZADOS

Saúde

Trabalhadores das unidades de saúde pública e privada da Capital vão participar da mobilização. Segundo o sindicato da categoria, as unidades devem ficar fechadas. Já a Secretaria de Estado da Saúde informou que as emergências dos hospitais públicos funcionarão normalmente.

Educação

O Sindicato dos Trabalhadores da Educação também vai cruzar os braços. A entidade afirma que todas as escolas públicas de SC devem parar. O IFSC e UFSC também ficarão sem aulas.

Transporte público

Em Blumenau, os trabalhadores já definiram que não trabalharão na sexta-feira. Em Joinville, a paralisação será parcial, apenas no Terminal Central, entre 7h e 8h. Em Florianópolis, os trabalhadores resolveram parar durante 24h – que começaram a valer

a partir da madrugada de hoje – em Assembleia na noite de ontem. A prefeitura anunciou que vans farão transporte alternativo.

Serviço público

Os sindicatos dos servidores das três maiores cidades do Estado anunciaram adesão à greve geral. Portanto, não deve haver prestação de serviço nos órgãos municipais de Blumenau, Florianópolis e Joinville.

Outros serviços

Trabalhadores dos Correios e bancários também anunciaram que devem cruzar os braços nas principais cidades do Estado. Nos Correios, uma greve já teve início ontem, porém ainda é parcial. A empresa diz que os serviços não serão afetados. Os aeroportuários decidiram aderir à mobilização nacional, portanto é provável que haja efeitos em escala, com atrasos ou até cancelamento de voos em SC.

Greve geral mobiliza sindicatos em Joinville / Ato contra a Reforma / Praça da Bandeira / Paralisação / Reforma trabalhista / Reforma da Previdência / União Sindical de Joinville / Joinville / Lourival Pisetta / Saúde / Educação / Sindaúde-SC / Sinte-SC / Sinsej / IFSC / UFSC / Universidade Federal de Santa Catarina / Andes / Apufsc / Seprot / Detrans / Correios / Bancários / Supremo Tribunal Federal / STF / Ponto / Ministério Público do Trabalho / MPT / Ronaldo Fleury / Brasil / Marcelo Goss Neves / Comissão do Direito do Trabalho / Ordem dos Advogados do Brasil / SC / Ramon Carmes / Sintect-SC / Gilson Vieira / Privatização

SEXTA-FEIRA - 28/05/2017

NOTÍCIAS 10

CIDADE | ATO CONTRA A REFORMA

Greve geral mobiliza sindicatos

União Sindical espera reunir até 5 mil trabalhadores na manhã desta sexta-feira, na praça da Bandeira. Alguns serviços devem ser prejudicados

JEAN BALBINOTTI
jeanbalbinotti@an.com.br

Os joinvilenses devem se preparar para um dia com eventuais transtornos nesta sexta-feira devido à paralisação nacional contra as reformas trabalhista e da Previdência propostas pelo governo federal. A estimativa da União Sindical, entidade que representa 30 sindicatos e 160 mil trabalhadores em Joinville, é de que entre três mil e cinco mil trabalhadores participem dos atos programados na praça da Bandeira.

De acordo com Lourival Pisetta, coordenador da União Sindical de Joinville, a ideia é sensibilizar e conscientizar as pessoas para as mudanças que o governo quer implantar, mas sem forçar nada. Pisetta afirma que não haverá formação de piquetes em frente às fábricas e que os funcionários que quiserem trabalhar terão liberdade para fazer isso.

Ele ressalta, porém, que os sindicatos de cada categoria es-

tão orientando os trabalhadores a não comparecer nas empresas nesta sexta-feira e, caso sintam-se dispostos, a participar dos atos programados para o Centro de Joinville.

A concentração terá início às 6 horas e deve se estender até as 13 horas. Serão realizadas manifestações em frente à Prefeitura, no terminal de ônibus – que deve parar por uma hora na parte da manhã – e pelas ruas centrais. Por isso, a orientação é que os moradores fiquem em casa pelo menos no período da manhã para evitar transtornos.

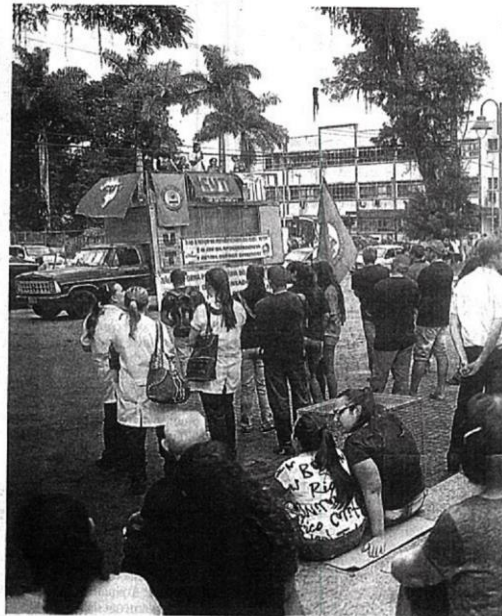
A insatisfação é geral, todos estão aflitos com o aumento do desemprego. Queremos mostrar isso aos políticos e ter o apoio da população – disse Pisetta.

Com a paralisação proposta pelas centrais sindicais, alguns serviços serão afetados em Santa Catarina. Confira as categorias que já decidiram participar da mobilização contra as reformas trabalhista e previdenciária.

“

A insatisfação é geral, todos estão aflitos com o aumento do desemprego. Queremos mostrar isso aos políticos e ter o apoio da população.

LOURIVAL PISETTA,
coordenador da
União Sindical
em Joinville



COMO FICAM OS ATENDIMENTOS

SAÚDE

■ A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde Pública Estadual e Privado de Joinville e Região (Sindaúde-SC), Enilda Stoff, informa que a estimativa é de que mais da metade da categoria participe da paralisação nesta sexta-feira. Segundo ela, os serviços de urgência e emergência do Hospital Regional Hans Dieter Schmitt e da Maternidade Darcy Vargas serão mantidos normalmente, com 30% a 40% do quadro de funcionários em atividade. O mesmo ocorrerá nos hospitais Municipal São José e Infantil. Nos postos de saúde, consultas poderão ser reagendadas.

EDUCAÇÃO

■ O Sindicato dos Trabalhadores da Educação (Sinte-SC) também vai aderir ao movimento. Segundo Thais Tolentino, coordenadora regional de Joinville do Sinte, os governos estaduais e federal pretendem

colocar a conta da dívida pública, da desoneração e da inadimplência do empresariado nas costas do trabalhador. O ato acontece às 10 horas, em frente à Prefeitura de Joinville, junto a outras entidades sindicais e movimentos sociais. Antes, às 8 horas, a regional de Joinville do Sinte realiza assembleia com a categoria na sede do Sinsej. Os servidores municipais também farão um ato em frente à Prefeitura a partir das 9 horas pela campanha salarial de 2017, quando será colocada em votação a proposta de reajuste da Prefeitura. Depois, os servidores se juntam aos demais sindicatos para o protesto contra as reformas da Previdência e trabalhista. A estimativa do Sinsej é de que entre 30% e 40% dos 12 mil servidores compareçam ao ato.

ESCOLAS

■ As escolas municipais e CEIs deverão abrir normalmente nesta

sexta-feira, embora com número reduzido de funcionários e professores. Caso seja necessário, os alunos serão dispensados.

UNIVERSIDADES

■ O Instituto Federal de SC (IFSC) comunicou que também vai parar. Na Universidade Federal de SC (UFSC), a maior parte dos alunos ficará sem aulas, já que os técnicos administrativos e os professores ligados a uma associação (Andes) anunciaram adesão. Professores ligados a outra associação (Apufsc) realizarão uma assembleia na manhã desta sexta para debater o tema.

SEPROT E DETRANS

■ A Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública, que tem sob o seu controle o Departamento de Trânsito de Joinville (Detrans), terá atendimento limitado ao público nesta sexta-feira. Quem precisar recorrer de alguma multa, por exemplo,

pode não conseguir fazê-lo devido à paralisação. O atendimento voltará ao normal na terça-feira, dia 2 de maio.

TRANSPORTE PÚBLICO

■ Em Joinville, a paralisação será parcial e deve acontecer apenas no período da manhã no terminal central, entre 7 e 8 horas.

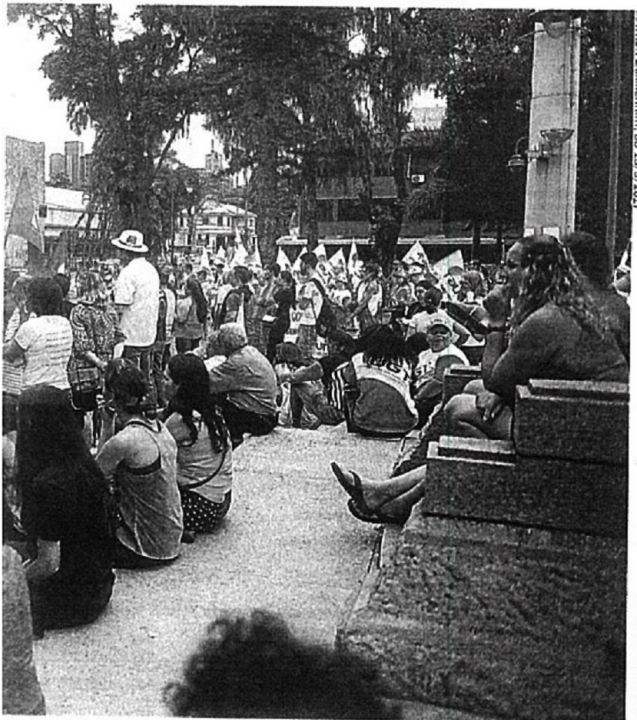
PREFEITURA

■ O atendimento ao público na Prefeitura está mantido. Alguns setores poderão estar desfalcados devido à paralisação.

OUTROS SERVIÇOS

■ Trabalhadores dos Correios e bancários também anunciaram paralisação das atividades nas principais cidades do Estado. Os aeroportuários decidiram aderir à mobilização nacional e é provável que haja efeitos em escala, com atrasos ou até mesmo cancelamento de voos em SC.

em Joinville



NOVO ATO
Em março, os trabalhadores fizeram uma manifestação na praça da Bandeira

Correios iniciam paralisação

LUAN MARTENDAL

luan.martendal@an.com.br

Cerca de 30 dos quase 200 funcionários das agências dos Correios em Joinville estão em greve por tempo indeterminado desde quarta-feira. Os trabalhadores decidiram suspender as atividades em apoio a uma decisão do sindicato que representa a categoria em Santa Catarina, mobilizado contra possíveis demissões, "desmontes fiscais" e privatização da estatal. Ontem, as agências instaladas na cidade mantiveram os atendimentos normais, mesmo com número reduzido de servidores.

O Sindicato dos Trabalhadores na Empresa de Correios e Telégrafos e Similares de Santa Catarina (Sintect-SC) é um dos 33 a aderir à paralisação nacional. Gilson Vieira, secretário-geral do Sintect-SC, diz que a decisão de parar as atividades dos Correios nas agências do Estado foi tomada em assembleia e considerou a ameaça de privatização e de que até 25 mil funcionários da empresa podem ser desligados.

Outras reivindicações da categoria são a abertura de um concurso público para a contratação de novos profissionais, que não ocorre desde 2011; garantia de direitos dos trabalhadores; manutenção de veículos; e melhoria nas condições de trabalho. Ele acredita que a adesão deve aumentar hoje por causa da paralisação

nacional. Os funcionários parados em Joinville são de quatro agências de distribuição de cartas, quatro agências de atendimento e uma de encomendas.

As agências franqueadas não entram nessa conta, uma vez que seguem cláusulas contratuais específicas e não são administradas pelo Estado. Mesmo sem participar da greve, essas agências podem ter o atendimento influenciado pela paralisação. Segundo representantes das agências franqueadas do bairro América e Bucarein, caso as encomendas deixem de ser repassadas pelos Correios devido à greve, poderá haver atraso nas entregas.

A empresa disse ontem que o serviço será prestado normalmente. Segundo os Correios, as agências estão abertas em todas as regiões do País, e serviços como Sedex e Banco Postal estão disponíveis. Somente os serviços com hora marcada (Sedex 10, Sedex 12 e Sedex Hoje) estão suspensos.

A empresa informa que o movimento está concentrado principalmente na área operacional. Um levantamento feito por meio do ponto eletrônico mostrou que 86,31% do efetivo dos Correios no Brasil estavam em atividade ontem. Em Santa Catarina, 92,3% do efetivo trabalhou normalmente, o que corresponde a mais de 3,6 mil empregados nos postos de trabalho. Segundo a empresa, apenas 302 empregados (7,7%) aderiram à paralisação.

Servidores parados podem sofrer corte no ponto

VICTOR PEREIRA

Com base em uma decisão do fim de 2016 do Supremo Tribunal Federal (STF), a União e os governos estaduais e municipais poderão cortar o ponto de servidores que aderirem à greve geral convocada para hoje. A definição do corte determina que o desconto é possível mesmo antes de a Justiça estabelecer se a paralisação é ilegal, o que no caso desta greve geral é contestado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). O governo federal e o governo de SC estão entre os órgãos públicos que já anunciaram o corte.

A época, a autorização do desconto teve seis votos a favor e quatro contrários no STF, com a maioria concordando que a possibilidade do desconto ou a compensação das horas não trabalhadas obriga os servidores e os governos a buscarem uma solução rápida para não prejudicar

a população. A decisão não impede a negociação ou a contestação judicial. O MPT entende que o corte não poderia ocorrer porque a mobilização não é ilegal.

O procurador-geral do trabalho, Ronaldo Fleury, se manifestou por meio de nota em que reforça o anúncio prévio e a legitimidade da greve e se posiciona contra a reforma trabalhista. "A greve é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, bem como por tratados internacionais de Direitos Humanos ratificados pelo Brasil (...). O MPT vem a público enfatizar a legitimidade dos interesses que se pretende defender por meio da anunciada greve geral como movimento justo e adequado de resistência dos trabalhadores às reformas trabalhista e previdenciária, em trâmite açado no Congresso Nacional, diante da ausência de consulta efetiva aos representantes dos trabalhado-

res", diz o texto.

De acordo com o procurador-chefe do MPT em SC, Marcelo Goss Neves, é direito do empregador ou do gestor público cortar da folha de pagamento o dia de greve praticado pelo trabalhador ou servidor. No entanto, é recomendável uma negociação entre as partes (patrões e empregados) de abono ou compensação de horas com relação à mobilização nacional de hoje, considerando a posição oficial do órgão.

Para o presidente da Comissão de Direito do Trabalho da Ordem dos Advogados do Brasil de SC, Ramon Carmes, tanto o desconto quanto a suspensão posterior dele na Justiça são possíveis.

– Se cortarem o ponto sem a greve estar declarada ilegal, é provável que os sindicatos entrem na Justiça pedindo a validade do movimento. E aí, se for considerado legal, reverte, e a Prefeitura pode ter que pagar – explica.



COBRANÇA
Cartazes colocados em frente às agências indicam algumas das reivindicações

Notícias veiculadas em meios impressos, convertidas para o formato digital, com informações e opiniões de responsabilidade dos veículos.

CLIPPING DIGITAL

[Brasil mira produção de superímã para turbina eólica e motor elétrico](#)

[Brasil supera a Alemanha em ranking de construções sustentáveis](#)

[Contra reformas do governo Temer, trabalhadores vão às ruas nesta sexta-feira \(28\)](#)